Americana/SP, 19 de outubro de 2026.

OFÍCIO SE nº 160/2026

Assunto: Envio da "Carta de Santa Barbara" como contribuições do Consórcio PCJ para assuntos debatidos durante Reunião do GT-Renovação dos Comitês PCJ

Prezado Sr. Denis Herisson da Silva – Secretário Executivo dos Comitês PCJ,

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, o Consórcio PCJ atua há 37 anos como Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com o propósito de contribuir para a garantia de água em quantidade e qualidade para seus Associados e para toda a região das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ), fortalecendo a sensibilização regional por meio de ações de fomento e planejamento relacionadas ao gerenciamento dos recursos hídricos, saneamento e meio ambiente.

Diante do exposto, como forma de contribuir com os assuntos debatidos durante reunião do GT-Renovação dos Comitês PCJ, realizada em 14 de outubro de 2026, no Museu da Água, em Piracicaba/SP, ocasião em que os órgãos gestores (ANA e SP-Águas) apresentaram a solicitação de prorrogação dos prazos de vigência da atual outorga do Sistema Cantareira, encaminhamos, em **anexo**, o documento intitulado "Carta de Santa Bárbara 2026".

O documento foi mencionado durante a manifestação do Consórcio PCJ na referida reunião e constitui uma contribuição institucional aprovada por sua Diretoria. A Carta foi debatida com os membros Associados durante a 98ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizada em março de 2026, que contou, inclusive, com a participação de representantes da empresa associada SABESP.

O documento reúne pontos considerados sensíveis para a região, que demandam atenção e encaminhamentos a fim de mitigar possíveis impactos à sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ. A Carta de Santa Bárbara também busca alertar e orientar municípios, empresas, setor rural e sociedade civil quanto aos desafios da segurança hídrica diante das mudanças climáticas. Além disso, destaca aspectos que devem ser considerados no planejamento hídrico regional, tanto em relação às novas obras de infraestrutura hídrica que estão sendo implementadas nas Bacias PCJ quanto às futuras negociações envolvendo a renovação da outorga do Sistema Cantareira, especialmente diante dos seguintes aspectos que sempre devem ser levados em conta:

- Segundo o Plano das Bacias PCJ 2020–2035, a dinâmica demográfica regional aponta para uma taxa de crescimento populacional superior à do Estado de São Paulo, impulsionada pela expansão urbana e industrial.

- O potencial de recursos hídricos superficiais das Bacias PCJ não está integralmente disponível para uso na própria região, uma vez que parcela substancial das vazões é revertida, por meio do Sistema Cantareira, para o abastecimento da Bacia do Alto Tietê e da Região Metropolitana de São Paulo.

- O crescimento contínuo da demanda por água nos setores urbano, industrial e agrícola das Bacias PCJ, associado à manutenção de níveis relativamente constantes de disponibilidade hídrica, já aponta para uma redução progressiva da disponibilidade de água por habitante, que passou de 1.055 m³/hab·ano, em 2011, para 927,4 m³/hab·ano, em 2023.

- As projeções do Plano das Bacias PCJ 2020–2035, considerando os cenários de demanda mínima e máxima, apontam para um aumento significativo do consumo regional de água até 2035, estimado em aproximadamente 30%, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 8,95 m³/s na demanda hídrica das Bacias PCJ. Esse cenário evidencia que o incremento de disponibilidade hídrica proporcionado pelas barragens regionais de Pedreira, Duas Pontes e Piraí

será destinado, essencialmente, ao atendimento do crescimento das demandas internas, não representando, portanto, um aumento efetivo do saldo hídrico regional.

- Mesmo com a implantação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Piraí, consideradas estruturas regionais estratégicas para minimizar os efeitos do estresse hídrico, as Bacias PCJ continuarão apresentando forte dependência das vazões regularizadas e outorgadas pelo Sistema Cantareira.

Nesse contexto, a Carta de Santa Bárbara também apresenta recomendações relevantes para subsidiar as discussões relacionadas à prorrogação dos prazos de vigência da atual outorga e ao futuro processo de renovação do Sistema Cantareira, entre as quais se destacam:

A) Incentivar a elaboração de estudos e projetos voltados à diversificação da matriz hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, considerando fontes alternativas de abastecimento, como o aproveitamento da Represa Billings e a dessalinização da água do mar. Essas iniciativas poderão contribuir para reduzir a dependência de mananciais como o Sistema Cantareira, ampliar a segurança do abastecimento em períodos críticos e promover maior equilíbrio entre a oferta e a demanda de água na Grande São Paulo.

B) Fortalecer a articulação institucional entre municípios, comitês de bacias hidrográficas, órgãos gestores e demais entidades integrantes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, de modo a assegurar transparência, alinhamento e sinergia nas discussões sobre a prorrogação dos prazos e a futura renovação da outorga do Sistema Cantareira. Esse processo deverá considerar as necessidades hídricas das Bacias PCJ e assegurar condições operacionais que permitam vazões adequadas ao atendimento das demandas regionais e à manutenção da segurança hídrica.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração e permanecemos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos junto ao Comitês de Bacias.

Atenciosamente,

FRANCISCO CARLOS CASTRO LAHÓZ
SECRETÁRIO EXECUTIVO
CONSÓRCIO PCJ

Ao
Sr. Denis Herisson da Silva
Secretaria Executiva
Comitês PCJ

CARTA PELA SUSTENTABILIDADE HÍDRICA DAS BACIAS PCJ

SANTA BARBARA D'OESTE – 2026

Os representantes das Prefeituras Municipais e Empresas Associadas ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), organismos gestores, entidades do sistema de gestão da água, representantes das secretarias municipais e serviços de água, entre outros participantes da 98ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizada no Centro de Estudo e Cultura Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Santa Barbara D'Oeste/SP, no dia 17 de março de 2026, após diálogo e avaliação das realidades e desafios do Gerenciamento dos Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente, deliberam pela manifestação, através do presente documento, sobre a relevância do planejamento, articulação e fomento de práticas sustentáveis de infraestrutura hídrica que garantam a sustentabilidade das Bacias PCJ frente à incidência das mudanças climáticas, através da sensibilização e multiplicação de medidas estruturais e não estruturais, dentre as quais se destacam a disponibilidade de água, o combate às perdas hídricas em sistemas públicos de abastecimento e as garantias de vazão pela renovação da outorga do Sistema Cantareira, conforme abaixo:

Considerando que:

- O Consórcio PCJ é uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, composta por 43 prefeituras e 26 grandes empresas da região das Bacias PCJ, tendo como principal finalidade a preservação dos recursos hídricos e mananciais de sua área de abrangência;

- Com a finalidade de planejar, fomentar e sensibilizar, o Consórcio PCJ é considerado referência Nacional e Internacional para assuntos relacionados ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente;

- Ao longo de sua história, o Consórcio PCJ teve atuação decisiva para a criação de um grande pacto regional pelas águas, contribuindo para que a região das Bacias PCJ se tornasse um modelo de gestão em recursos hídricos, sendo um dos principais articuladores na criação e implementação de Políticas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, tendo como destaque a Estadual-SP (Lei nº 7.663/91) e a Nacional (Lei nº 9.433/97), entre outras;

- O Consórcio PCJ também atuou, de forma pioneira, na criação e implantação de Comitês de Bacias Hidrográficas, de Agência de Águas e de Cobrança Voluntária pelo Uso da Água, contribuindo com a estruturação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e implementação de seus instrumentos de gestão que permitiram o avanço de 3% para 85% no índice de tratamento de esgotos urbanos, favorecendo a recuperação dos recursos hídricos das Bacias PCJ;

- O Consórcio PCJ implantou e coordenou programas de Educação Ambiental e Proteção aos Mananciais, que proporcionaram a capacitação e sensibilização de mais de 150 mil alunos por ano e o plantio ciliar de mais de 5 milhões de mudas nativas ao longo das Bacias PCJ, assim como a produção anual de centenas de mudas através de parcerias com viveiros municipais e capacitação de pessoas através do curso de produção de mudas em viveiros florestais;

- O Consórcio PCJ é membro das Redes Internacional, Latino-americana e Brasil de Organismos de Bacia (RIOB, RELOB e REBOB) e do Conselho Mundial da Água (WWC), fato que permite estar sempre atento aos debates sobre a atual crise hídrica mundial e sobre os impactos que as mudanças climáticas vem provocando nos sistemas de armazenamento e abastecimento de água, principalmente na região sudeste do Brasil.

- As mudanças climáticas configuram-se como uma ameaça à disponibilidade hídrica dos municípios brasileiros, podendo causar severos impactos econômicos ao setor industrial, agrícola e urbano, prejudicando o seu desenvolvimento.

- Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU), 402 bacias hidrográficas ao redor do mundo apresentam diminuição em seus fluxos de água, devido às mudanças climáticas e à agricultura intensiva.

- Ainda de acordo com a ONU, lagos e outros corpos de água superficiais estão encolhendo ou desaparecendo completamente em 364 bacias hidrográficas devido às mudanças climáticas.

- No Brasil, segundo a estudos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), aponta que as principais bacias hidrográficas brasileiras podem sofrer com a redução de 40% na disponibilidade de água até 2040.

- Existe a eminente necessidade de implementação de políticas públicas de gestão integral e efetiva dos recursos hídricos nos municípios brasileiros, nos termos de segurança hídrica, alimentar, sanitária e de governança da água.

- O uso consciente e estratégico da água torna-se cada vez mais importante atualmente, principalmente em grandes centros urbanos e em regiões hidrográficas que necessitam de uma crescente demanda por água e muitas vezes compartilham de um mesmo manancial.

- Segundo o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, a dinâmica demográfica das Bacias PCJ apontam para uma taxa de crescimento da população superior à do Estado de São Paulo, alavancada pelo crescimento urbano e industrial.

- Os principais mananciais da região das Bacias PCJ caracterizam-se pela baixa disponibilidade hídrica, tendo seu potencial de oferta hídrica prejudicado principalmente durante os períodos de estiagem.

- O potencial de recursos hídricos superficiais das Bacias PCJ não está, em sua totalidade, à disposição para uso na própria Bacia, pois uma parcela substancial é revertida, através do Sistema Cantareira, para abastecimento da Bacia do Alto Tietê e Região Metropolitana de São Paulo.

- Através de projeções para cenários de demanda máxima e mínima de água na região das Bacias PCJ, observa-se um aumento significativo estimado em cerca de 30% até 2035, o que corresponde a um acréscimo aproximado no horizonte de planejamento de mais 8,95 m³/s na demanda por água, segundo o Plano das Bacias PCJ 2020–2035.

- O crescimento contínuo da demanda por água nos setores urbano, industrial e agrícola nas Bacias PCJ, associado à manutenção de níveis relativamente constantes de disponibilidade hídrica, indica uma tendência de redução contínua e progressiva da quantidade e qualidade de água disponível por habitante, passando de 1.055 m³/hab·ano, em 2011, para 927,4 m³/hab·ano, em 2023.

- O engajamento e preocupação do Consórcio PCJ com as mudanças climáticas em curso e seus impactos à gestão de recursos hídricos devido ao aumento da ocorrência de eventos hidrológicos extremos, evidenciados por vários importantes organismos internacionais, tais como: a Organização das Nações Unidas, o Conselho Mundial da Água, as Redes Internacionais de Organismos de Bacias, a Organização Meteorológica Mundial, entre outras.

Resolve:

- Propor reflexão junto aos Prefeitos Municipais e representantes das Empresas Associadas, secretários e gestores em geral presentes na 98ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizada no Município de Santa Barbara D'Oeste/SP, sobre os efeitos das mudanças climáticas e eventos extremos no comportamento hidrológico das regiões.

- Recomendar a adoção de ações de planejamento e articulação institucional em âmbito regional voltadas à ampliação da disponibilidade hídrica, e à garantia de vazões para as Bacias PCJ, especialmente no contexto da futura renovação da outorga do Sistema Cantareira.

- Recomendar o fortalecimento do planejamento integrado entre os municípios das Bacias PCJ, com a adoção de instrumentos de gestão que promovam a segurança hídrica regional, considerando cenários de crescimento populacional, desenvolvimento econômico e os impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de água.

- Recomendar a elaboração ou atualização de Planos Municipais de Recursos Hídricos prevendo em seu horizonte de planejamento ações de mitigação de impactos das mudanças climáticas à disponibilidade de água, envolvendo a gestão participativa entre os usuários (setor público, industrial e rural).

- Sugerir a criação de um índice de risco hídrico urbano, de caráter obrigatório, como instrumento de ordenamento territorial, visando compatibilizar o crescimento urbano com a disponibilidade hídrica local e prevenir pressões insustentáveis sobre os recursos disponíveis.

- Recomendar a institucionalização de uma política permanente de cultura da água, com foco na educação hídrica nas redes de ensino e na formação de gestores públicos, incorporando o tema de forma transversal às políticas públicas, com vistas a influenciar padrões de consumo, qualificar a tomada de decisão na gestão pública e reduzir vulnerabilidades associadas à escassez e aos eventos hidrológicos extremos.

- Recomendar a implementação de política pública para mensuração e transparência da pegada hídrica urbana (“água invisível”), mediante programas de monitoramento do uso indireto da água nos setores industrial, alimentício e no consumo urbano. Recomenda-se a incorporação do critério em compras públicas e licitações, com exigência de declaração de pegada hídrica, ainda que estimada, como instrumento de indução, associada ao fomento de adesões voluntárias, termos de cooperação e selos municipais.

- Recomendar a ampliação da capacidade de reservação e incentivar o reúso de água em setores como indústrias (circuito fechado) e saneamento, bem como o uso de tecnologias mais eficientes de gotejamento na irrigação, promovendo maior resiliência a períodos de estiagem e segurança operacional dos sistemas urbanos, industriais e rurais.

- Recomendar que os municípios intensifiquem ações voltadas à redução das perdas de água nos sistemas públicos de abastecimento, por meio da modernização da infraestrutura, setorização das redes, controle de pressões e ampliação de programas permanentes de monitoramento e manutenção, tendo como objetivo o atendimento da meta de índice máximo de perdas de 20%.

- Sugerir a implementação de estratégias voltadas à ampliação e diversificação das fontes de abastecimento, incluindo o aproveitamento de mananciais locais, o incentivo ao reúso de água e a adoção de soluções baseadas na natureza que contribuam para a conservação e recuperação dos recursos hídricos.

- Fortalecer ações de proteção e recuperação de mananciais e áreas de recarga, garantindo qualidade e quantidade de água para abastecimento, além de preservar ecossistemas estratégicos para a sustentabilidade hídrica regional.

- Recomendar a institucionalização de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no meio urbano, com adoção do conceito de “cidade esponja” como diretriz de planejamento territorial, mediante sua incorporação ao Plano Diretor e legislações correlatas, prevendo dispositivos normativos para implantação de infraestrutura verde, com vistas à ampliação da infiltração, retenção e regulação do escoamento superficial, mitigação de eventos hidrológicos extremos e incremento da recarga hídrica.

- Sugerir que as ações sobre água e saneamento se balizem a partir das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, de modo particular o ODS 6 – Água e Saneamento, que visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável dos recursos hídricos para todos.

- Recomendar que os municípios, em articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos e com as instituições do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias PCJ apoiem e priorizem a implementação dos reservatórios regionais de regularização de vazões previstos no Plano das Bacias PCJ 2020/2035, reconhecendo sua importância estratégica para ampliação da disponibilidade hídrica e garantia do abastecimento público regional.

- Recomendar que sejam priorizadas as ações institucionais, técnicas e financeiras necessárias à implantação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Piraí, consideradas estruturantes e estratégicas para a segurança hídrica das Bacias PCJ, em razão de sua capacidade de ampliar a regularização de vazões e fortalecer o atendimento das demandas atuais e futuras de abastecimento.

- Evidenciar a necessidade de que a implantação dos reservatórios regionais de Pedreira, Duas Pontes e Piraí nas Bacias PCJ seja acompanhada do desenvolvimento de sistemas integrados de adução e distribuição de água, como o Sistema Adutor Regional das Bacias PCJ (SAR-PCJ), de forma a possibilitar a ampliação do atendimento hídrico a municípios que não serão diretamente beneficiados pelos barramentos, promovendo maior equilíbrio regional na oferta de água respeitando-se os interesses do uso coletivo regional.

- Destacar que, apesar do ganho hídrico proporcionado pela implementação das barragens regionais, a criticidade de algumas áreas de contribuição das Bacias PCJ permanece elevada. Isso ocorre pois embora esses reservatórios regionais aumentem em cerca de 10 m³/s a disponibilidade hídrica das Bacias PCJ, as projeções de demanda total agrícola, industrial e urbana indicam um acréscimo de 8,95 m³/s, praticamente equivalente ao incremento de vazão proporcionado pelos reservatórios novos.

- Evidenciar que, mesmo com a construção das barragens de Pedreira, Duas Pontes e do Piraí, como reservatórios regionais estratégicos e necessários para minimizar os impactos do estresse hídrico da região, as Bacias PCJ ainda apresentarão dependência hídrica em relação às vazões já regularizadas e outorgadas pelo Sistema Cantareira.

- Recomendar que o planejamento e a futura operação dos reservatórios regionais considerem sua integração com sistemas existentes, como o Sistema Cantareira, de modo a otimizar a regularização de vazões e garantir, no mínimo, a permanência das vazões já outorgadas, ao ampliar a resiliência hídrica regional e beneficiar o maior número possível de municípios das Bacias PCJ, especialmente em períodos de estiagem, contemplando também sua função de amortecimento de cheias, com vistas à redução de riscos associados a eventos hidrológicos extremos.

- Recomendar a ampliação e a modernização da interligação entre os sistemas metropolitanos de abastecimento da Bacia do Alto Tietê, de modo a otimizar a distribuição de água, aumentar a resiliência operacional e reduzir perdas por falhas locais ou estiagens prolongadas.

- Recomendar a elaboração de estudos e projetos abordando fontes alternativas de água a fim de diversificar a matriz hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, tais como o uso da Represa Billings e a dessalinização de água do mar, com o objetivo de reduzir a dependência de mananciais internos, como o Sistema Cantareira, ampliar a segurança do abastecimento regional em períodos críticos, melhorando o equilíbrio entre oferta e demanda na Grande São Paulo.

- Recomendar o fortalecimento da articulação institucional entre municípios, comitês de bacia, órgãos gestores e demais entidades do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, visando à implementação coordenada de ações estruturais e não estruturais para a gestão sustentável da água nas Bacias PCJ.

- Destacar a importância de acompanhamento e participação ativa dos municípios e instituições regionais das Bacias PCJ no processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, de forma a assegurar condições operacionais mínimas que garantam vazões adequadas para o equilíbrio das demandas e segurança hídrica para as Bacias PCJ.

- Enfatizar que investimentos em obras e ações de segurança hídrica nas Bacias PCJ, como os reservatórios regionais e a garantia da permanência mínima das vazões já outorgadas pelo Sistema Cantareira, são de fundamental importância para o equilíbrio econômico não só das Bacias PCJ, mas sim, de todo o Estado de São Paulo, tendo em vista que as Bacias PCJ já abrigam aproximadamente 6 milhões de habitantes, com atividades econômicas e industriais que correspondem a 14% do PIB do Estado de São Paulo e até 7% do PIB Nacional, ao destacar-se com um dos maiores polos tecnológicos, industriais e de consumo da América Latina, além de integrar as Regiões Metropolitanas de Campinas, Piracicaba e Jundiaí.

Santa Barbara D'Oeste/SP, 17 de março de 2026

Secretaria Executiva
Consórcio PCJ